

1.<sup>a</sup> avaliação sobre  
**Economia  
do Bem-Estar  
em Portugal**

Novembro 2022

**ZERO**   
associação sistema terrestre sustentável

# índice.

Introdução .....	<u>03</u>
Análise dos diferentes eixos estratégicos	
Organização da sociedade .....	<u>08</u>
Educação e capacitação .....	<u>11</u>
Economia .....	<u>14</u>
Trabalho .....	<u>17</u>
Instrumentos financeiros .....	<u>20</u>
Saúde .....	<u>23</u>
Energia, edifícios e mobilidade .....	<u>26</u>
Recursos naturais e território .....	<u>29</u>
Notas finais .....	<u>33</u>
Fontes utilizadas .....	<u>35</u>

# introdução.

## O processo

Entre outubro e novembro de 2021 a ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável organizou quatro workshops participativos, que tiveram lugar virtualmente através da plataforma Zoom e envolveram 50 participantes (de 31 entidades).

Nestes workshops foi debatida uma visão de futuro partilhada para Portugal em 2040 numa economia do Bem-Estar, o caminho para lá chegar, o papel do local e como monitorizar o processo até chegar a uma visão co-construída por todos.

Desse trabalho resultou a publicação Economia do Bem-Estar – Uma visão para Portugal em 2040 que procura descrever o processo e os seus principais resultados.

Um elemento central desse trabalho foi a co-criação da visão sobre como deve ser Portugal em 2040:

*“Em 2040 queremos que Portugal seja um país no qual todos possam viver vidas saudáveis e realizadas, independentemente de quem sejam ou de onde vivam e onde as decisões são participadas, inclusivas e transparentes. Que as pessoas vivam dignamente, conectadas e em harmonia com a natureza, reconhecendo e respeitando as interdependências e os limites. Que haja um sentido de comunidade, prosperidade e coesão em todas as regiões e respeito entre todos (gerações presentes e futuras) no nosso território e além-fronteiras.”*

# introdução

Para além da construção de uma visão partilhada, foram também identificados oito eixos estratégicos de ação que servem agora de elemento estruturante para o presente relatório. Para cada um destes eixos foram identificadas ações (a nível nacional e local), bem como as componentes que deverão ser monitorizadas regularmente no sentido de aferir a evolução de Portugal rumo a uma economia do Bem-Estar.

Os eixos estratégicos identificados foram:

- Organização da sociedade
- Educação e capacitação
- Economia
- Trabalho
- Instrumentos financeiros
- Saúde
- Energia, edifícios e mobilidade
- Recursos naturais e território

Durante todo o processo houve um particular cuidado para garantir que os resultados seguissem de perto os contributos das diferentes entidades que estiveram envolvidas. Portanto, esta não é uma visão da ZERO, nem os eixos estratégicos foram escolhidos pela ZERO. São o produto do trabalho conjunto realizado ao longo dos quatro workshops e é dentro desse espírito que agora é dado o passo de procurar dar uma primeira visão, ainda que incompleta e passível de melhoria, de como está Portugal em termos de uma Economia do Bem-Estar.

## A 1.<sup>a</sup> avaliação

Dando seguimento ao trabalho realizado em 2021, a ZERO procurou identificar indicadores que deem uma imagem aproximada do desempenho de Portugal em cada um dos eixos estratégicos identificados. Não é uma tarefa fácil e é certamente uma tarefa inacabada, não apenas porque muitas das dimensões

# introdução

identificadas como relevantes não são ainda alvo de monitorização regular, como se torna necessário, a partir deste momento, debater com diferentes setores da sociedade portuguesa como aperfeiçoar os indicadores de áreas que não são tão diretamente visadas pelo trabalho da ZERO.

Há ainda a acrescentar uma dificuldade que se prende com a visão parcial que muitas vezes resulta da análise de indicadores. É disso exemplo o indicador da percentagem do território português que tem estatuto de proteção. O valor em si não se afasta muito da média comunitária, mas o que este indicador não consegue espelhar é a forma como o território sob proteção está a ser gerido. Uma outra complexidade de análise resulta dos problemas estruturais de qualidade dos dados, mesmo tratando-se de fontes oficiais. A título de exemplo, na área da biodiversidade, onde não existem dados fidedignos a nível nacional em muitas áreas, é difícil acreditar que alguns indicadores disponíveis para Portugal espelhem, de facto, o que se passa em território nacional.

Se na área ambiental é para a ZERO mais fácil identificar as lacunas, noutras áreas será importante contar com o apoio de parceiros para uma análise crítica dos indicadores.

## Para o futuro...

O processo de debate do conceito de Economia do Bem-Estar em Portugal foi iniciado pela ZERO com dois objetivos concretos:

1. Promover o debate em torno do futuro que queremos para Portugal de uma forma bem mais ampla e participada do que foi possível até ao momento e refletir sobre como promover um modelo económico e uma sociedade que previna problemas e não apenas os compense, garantindo prosperidade para todos dentro dos limites do planeta.
2. Levar a que Portugal se junte aos países que fazem parte da rede *Wellbeing Economy Governments*, onde, através de uma aprendizagem mútua, os países procuram melhorar o seu desempenho e implementar, de facto, uma Economia do Bem-Estar. Os países que fazem parte desta rede são: Finlândia, Islândia, Nova Zelândia, Escócia, País de Gales.

# introdução

Para o futuro, é objetivo da ZERO aperfeiçoar a bateria de indicadores apresentados nesta primeira avaliação com a ajuda de parceiros de diferentes setores da sociedade civil e fomentar o debate em torno da Economia do Bem-Estar, com o intuito de se organizar em Portugal um debate alargado sobre o tema, à semelhança do que tem acontecido noutros países que já estão a aplicar esta abordagem.

## **Breves notas sobre a organização do documento**

Ao longo dos diferentes capítulos deste relatório poderão encontrar cada um dos oito eixos temáticos. Em cada um deles é feita uma súmula das principais áreas de ação identificadas durante o processo participativo, bem como as dimensões a monitorizar.

Segue-se um quadro com os indicadores selecionados para esta primeira avaliação. Em cada quadro poderão aceder à fonte do indicador, bem como ao resultado para Portugal e para a média da União Europeia (UE) ou da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (dependendo da fonte do indicador), sempre que o indicador estava disponível neste formato. É ainda facultado o ano a que o indicador se reporta e uma breve avaliação que pode ser positiva, indefinida ou negativa.

Para terminar cada um destes capítulos são apresentadas uma breves notas de análise.

As fontes privilegiadas foram o Eurostat e a OCDE, ainda que tenham sido incluídas outras fontes. Podem ser encontrados mais pormenores sobre a fontes no final deste relatório.



# Análise dos diferentes eixos estratégicos.





eixo estratégico

# organização da sociedade.

No eixo estratégico da organização da sociedade, o foco foi na criação das condições para o estímulo da participação na comunidade nas suas múltiplas formas. Desde logo, garantindo mecanismos formais de participação para a tomada de decisão, mas sem descuidar o fomento de espaços de convívio, de partilha e de aprendizagem e na valorização do voluntariado consciente e informado. Para que tudo isto seja possível, ficou clara a necessidade de criar as condições para que haja tempo para o trabalho com a comunidade, para a participação e o envolvimento. A este nível, a promoção da redução das horas de trabalho surge como uma das medidas consideradas mais eficazes.

Outra dimensão abordada prende-se com a criação de condições estruturais para o desenvolvimento de iniciativas locais descentralizadas e a promoção de iniciativas produtivas e de consumo assentes em formatos coletivos.

Ainda neste eixo, foi sublinhada a importância de serem definidas outras métricas, para além do produto interno bruto.

## O que medir?









De uma forma global, foi considerado relevante encontrar indicadores que expressem o desempenho do país nas seguintes áreas:

- Grau de liberdade, autonomia e participação
- Sentido de pertença a um território e comunidade
- Conciliação vida pessoal, familiar e profissional
- Equidade de género
- Equidade intra e intergeracional
- Inclusão e equidade
- Cooperação
- Compaixão/solidariedade
- Bem-Estar



# organização da sociedade.

# indicadores

	Indicador	Ano	Portugal	UE/OCDE	Avaliação
1	<u>Parte do rendimento disponível para os 40% da população mais pobre</u> (% do rendimento total)	2020	21	20,9	
2	<u>Diferença entre o risco de pobreza e exclusão social entre população rural e urbana</u> (%)	2020	8,6	0,9	
3	<u>Risco de pobreza entre quem trabalha</u> (% da população com 18 anos ou mais)	2020	9,5	9,4	
4	<u>Pessoas em risco de pobreza após as transferências sociais</u> (% da população)	2020	16,2	17,1	
5	<u>População que reporta situações de crime, violência e vandalismo na sua região</u> (% da população)	2020	6,6	10,9	
6	<u>Índice da perceção de corrupção</u> (0 – muito corrupto 100 – sem corrupção)	2021	62	—	
7	<u>Diferença na taxa de emprego entre cidadãos europeus/ não europeus</u> (diferença em pontos percentuais - % da população entre os 20 e os 64 anos)	2021	5,3	14,9	
8	<u>Percentagem de pessoas com amigos ou família a quem possam pedir apoio em caso de necessidade</u> (%)	2018	87	90	



breves notas

# para reflexão.

Este eixo estratégico, nas diferentes dimensões identificadas pelos *stakeholders* envolvidos no processo, coloca desafios em termos de escolha de indicadores. Aferir sentimentos de pertença, graus de autonomia e liberdade por parte dos cidadãos, níveis de cooperação, participação ou a concretização dos valores da solidariedade e compaixão não é fácil e depende, no essencial, de perceções, muito mais do que de uma aferição quantitativa da realidade, estando sujeitos a grande subjetividade de interpretação. Não obstante estas dificuldades são, de facto, dimensões de enorme relevância quando se está a construir uma Economia do Bem-Estar.

Mas há outras áreas onde existem indicadores que nos podem dar visões aproximadas sobre até que ponto Portugal proporciona Bem-Estar aos seus cidadãos.

Focando nas desigualdades sociais e equidade intra-geracional, é fácil perceber que existem ainda enormes desafios a vencer. Os dados indicam-nos que 40% da população mais pobre tem acesso a apenas 21% do rendimento; persistem situações de risco aumentado de pobreza e exclusão social nas regiões rurais, quando comparadas com as regiões urbanas (8,6 pontos percentuais acima); quase 10% da população encontra-se em risco de pobreza, mesmo estando a trabalhar e 16% da população portuguesa está em risco de pobreza, mesmo após as transferências sociais. Estes são desafios que terão necessariamente de ser conquistados para que Portugal possa ser uma Economia do Bem-Estar.

Se ao nível da perceção da corrupção a performance de Portugal leva uma nota negativa, já no que concerne ao reporte de situações de crime, violência e vandalismo, o nosso país apresenta um resultado bem abaixo da média comunitária.

Quando olhamos para formas de discriminação no mercado de trabalho ligadas à proveniência dos trabalhadores, Portugal volta a sair bem na fotografia, ao ter um valor bastante abaixo da média europeia na diferença da taxa de emprego entre cidadãos europeus e não europeus. Até que ponto estes dados espelham o que realmente se passa no terreno, é difícil saber.

Ainda numa nota positiva, não obstante o potencial de melhoria, são muitos os portugueses que referem ter alguém a quem podem recorrer no caso de necessitarem de apoio. Ainda que com valores um pouco abaixo da média da OCDE, 87% percecionam estar nesta situação, o que não pode deixar de ser sublinhado como um sinal positivo da sociedade portuguesa.



eixo estratégico

# educação e capacitação.

A dimensão da educação e capacitação foi identificada como estratégica para Portugal e os elementos chave mais abordados prenderam-se com os valores partilhados e a importância de formar pessoas para darem resposta aos desafios do trabalho em parceria, que estejam preparadas para lidar com a incerteza e a mudança, de fomentar valores como a empatia e uma nova postura face ao consumo, apostando na frugalidade e na suficiência como elementos estruturais para conseguir responder aos desafios ambientais e sociais que a sociedade enfrenta e que se poderão agudizar no futuro. Em suma, ficou bem expressa a importância de garantir que os programas de educação e formação estejam adaptados às necessidades presentes e futuras, seja do mundo do trabalho, seja da vida em sociedade, nas suas múltiplas dimensões.








A par com esta reflexão, a educação foi também entendida como uma ferramenta fundamental para o combate às desigualdades em todas as suas formas e para o fomento da participação, tanto nos espaços mais diretamente associados à educação, como na capacitação da sociedade para ter uma intervenção mais ativa – promoção da cidadania.

## O que medir?

De uma forma global, foi considerado relevante encontrar indicadores que expressem o desempenho do país nas seguintes áreas:

- Desigualdades económicas
- Nível de literacia
- Hábitos de consumo
- Tomada de decisão participada e inclusiva

# educação e capacitação. indicadores

	Indicador	Ano	Portugal	UE/OCDE	Avaliação
1	<b>Abandono escolar precoce</b> (% de população entre 18 e 24)	2021	5,9	9,7	
2	<b>Adultos com pelo menos competências digitais básicas</b> (% de pessoas entre 16 e 74)	2021	55	54	
3	<b>Conclusão do ensino superior</b> (% de população entre 25 e 34 anos)	2021	47,5	41,2	
4	<b>Literacia em Matemática, Leitura e Ciências</b> (valores médios da avaliação PISA)	2018	Matemática 492 Leitura 492 Ciências 492	Matemática 489 Leitura 487 Ciências 489	
5	<b>Impacto do Estatuto Económico, Social e Cultural na literacia dos alunos</b> (diferença entre o ESCS dos alunos mais favorecidos – ESCS acima do percentil 95 - e os alunos menos favorecidos – ESCS abaixo do percentil 5) (número de pontos)	2018	3,6	2,9	
6	<b>Desigualdade salarial entre homens e mulheres</b> (diferença entre a mediana dos ordenados de homens e mulheres, por relação à mediana do ordenado dos homens) (%)	2018	15	12,9	
7	<b>Pegada Ecológica</b> (planetas necessários caso toda a Humanidade consumisse como Portugal)	2022	2,9	—	

Fontes: Eurostat (1, 2 e 3); Footprint Network (7); IAVE (4 e 5); OCDE (6).



breves notas

# para reflexão.

No eixo estratégico da educação, houve dificuldade em identificar indicadores para algumas das dimensões consideradas durante o processo de reflexão alargado. A evolução dos valores identificados como fundamentais e mesmo a aferição do nível de participação e a inclusão das diferentes perspetivas em tomadas de decisão revelaram-se áreas de difícil expressão em termos de indicadores.

Ainda assim, nas restantes dimensões observa-se que, em termos do abandono escolar precoce e de conclusão do ensino superior, Portugal apresenta números melhores do que a média europeia (no primeiro caso abaixo e no segundo acima).

Também ao nível das competências digitais Portugal está alinhado com a média comunitária, ainda que apresente um valor que claramente necessita ser melhorado, dada a relevância das mesmas para o desempenho de diferentes tarefas quotidianas, seja em contexto laboral, seja em outros diferentes contextos de cidadania.

No tema da literacia os resultados não são brilhantes, mas parecem espelhar alguma evolução positiva e estão mesmo ligeiramente acima da média da OCDE. Contudo, estão ainda longe dos valores dos países com melhor desempenho (por ex. o Japão). Ainda que as dimensões analisadas não permitam ter uma visão holística sobre a capacitação dos jovens enquanto cidadãos (sendo muito focada apenas no desempenho de tarefas académicas mais tradicionais), o facto é que estas são também capacidades importantes para enfrentar os desafios futuros.

Ao explorar o tema das desigualdades, as diferenças de desempenho em termos de literacia que se verificam entre aqueles que desfrutam de condições sociais, económicas e culturais mais favoráveis e aqueles que se encontram em situação mais desfavorecida, surge como um sinal preocupante da sociedade portuguesa, sobre o qual é importante agir. Também as desigualdades de género, aqui expressas nas desigualdades salariais, põem em causa a capacidade do país para diluir as diferenças existentes neste domínio.

Por último e na tentativa de expressar os hábitos de consumo em Portugal e de avaliar a aplicação de valores que surgiram na reflexão conjunta – como a frugalidade, a simplicidade ou a suficiência –, optou-se por incluir o indicador da pegada ecológica portuguesa que, ao demonstrar que se toda a Humanidade tivesse os mesmos hábitos de consumo que Portugal em 2022, seriam necessários quase três planetas, deixa clara a insustentabilidade do modelo atual de produção e consumo e a relevância de, através da educação nas suas diferentes expressões, procurar estimular o respeito pelos limites planetários.

# eixo estratégico

# economia.

No eixo estratégico da economia, foi dado particular relevo à valorização da diversidade do património e tradições e a dar espaço à grande diversidade de iniciativas locais que demonstram que outras economias são possíveis (economia da partilha, economia da felicidade, economia do Bem-Estar). O cooperativismo e a aposta na reterritorialização das cadeias de produção, aproximando produção e consumo e tirando partido de todo o potencial do país, foram plenamente sublinhados.

Pensando no território e na valorização da sua diversidade, o turismo, enquanto atividade que permite construir pontes entre muitos dos aspetos referidos acima, surge associado a uma ideia de qualidade, de ligação às tradições e de potencial de desenvolvimento de regiões de baixa densidade.

A economia circular surge como uma abordagem a ter em conta no percurso de Portugal rumo a uma Economia do Bem-Estar, sendo sublinhada a importância da reparação e da reutilização enquanto abordagens prioritárias.









## O que medir?

De uma forma global foi considerado relevante encontrar indicadores que expressem o desempenho do país nas seguintes áreas:

- Externalidades negativas
- Prosperidade dentro dos limites da natureza/Bem-Estar
- Impacto do país no mundo
- Consumo de recursos da economia
- Redução da produção de resíduos
- Desigualdades económicas
- Desenvolvimento de cadeias curtas de produção

# economia.

# indicadores

	Indicador	Ano	Portugal	UE/OCDE	Avaliação
1	<b>Consumo de materiais</b> (materiais usados na economia – materiais e produtos importados aos quais se subtrai os materiais e produtos exportados) (toneladas/ <i>per capita</i> )	2020	16,2	13,5	
2	<b>Produtividade dos materiais</b> ( <i>output</i> económico gerado por unidade de material consumido) (dólares/kg)	2020	1,9	2,9	
3	<b>Prevenção da produção de resíduos urbanos</b> (comparação entre 2005 e 2020) (kg/ <i>per capita</i> /ano)	2020	452 – 513	506 – 505	
4	<b>Circularidade dos materiais</b> (%)	2020	2,2	12,8	
5	<b>Reciclagem de resíduos urbanos</b> (% do total)	2020	26,5	48,2	
6	<b>Anos de vida perdidos devido à exposição a PM2.5</b> (por 100 mil habitantes)	2019	523	762	
7	<b>Perdas económicas relacionadas com o clima</b> (€/per capita)	2020 2019 2017	9 51 192	27 42 63	
8	<b>Apoio ao desenvolvimento</b> (% do PIB)	2020	0,17	0,5	

Fontes: Eurostat (3,4,5,6,7 e 8); OCDE (1 e 2).



breves notas

# para reflexão.

Este eixo estratégico, tal como foi pensado pelos *stakeholders* envolvidos no processo, coloca grandes desafios em termos de escolha de indicadores, visto que muitos dos parâmetros considerados relevantes em termos de medição não são, neste momento, abrangidos por indicadores que estejam disponíveis. Um exemplo é o das cadeias curtas e outro o da prosperidade dentro dos limites da natureza.

Os indicadores usados, e que se relacionam com o uso de recursos, demonstram um cenário muito pouco positivo, seja na quantidade de recursos mobilizada, seja na baixa produtividade da sua utilização, seja ainda na baixíssima taxa de circularidade dos materiais.

Quando olhamos para as perdas económicas relacionadas com o clima, os resultados são preocupantes e variáveis ao longo dos anos, daí termos optado por incluir três anos que nos permitem perceber que a magnitude destes impactos pode variar muito de ano para ano (por exemplo, devido aos incêndios florestais, ou a períodos de seca, ou outros fenómenos extremos).

As estratégias de prevenção da produção de resíduos têm falhado em toda a linha, não obstante existirem metas de prevenção definidas há décadas. Contudo, nunca foram cumpridas uma vez que não foram implementadas medidas que pudessem conduzir ao seu cumprimento.

Não havendo indicadores que reflitam o impacto de Portugal no mundo, optámos por incluir o relativo à ajuda ao desenvolvimento. Os dados revelam que Portugal está aquém do esforço médio dos países da UE.

Em termos de outras externalidades, a perda de anos de vida em resultado da exposição a partículas inaláveis, ainda que apresente valores preocupantes, está abaixo da média da UE.



# eixo estratégico trabalho.

No eixo estratégico do trabalho, uma das problemáticas debatidas no contexto de uma Economia do Bem-Estar foi a questão dos horários extensos que, em muitos casos, podem resultar numa menor disponibilidade dos trabalhadores/as para desenvolver outras atividades, nomeadamente de natureza cívica. Portanto, a redução do horário de trabalho foi uma área crítica a necessitar de mudança. Novas formas de trabalho (por ex., o teletrabalho ou espaços partilhados) e a valorização de todas as dimensões e formas de trabalho (remunerado e não remunerado) foram também identificadas como áreas relevantes de ação.








No que concerne ao rendimento, o debate sobre o potencial da criação de um rendimento básico esteve presente na discussão, bem como o questionamento sobre os salários e a eventual necessidade de debater o que é um rendimento justo e a relação entre quem ganha mais e quem ganha menos.

## O que medir?

De uma forma global, foi considerado relevante encontrar indicadores que expressem o desempenho do país nas seguintes áreas:

- Emprego
- Rendimento *per capita*
- População em situação de pobreza (mesmo empregada)

# trabalho. indicadores

	Indicador	Ano	Portugal	UE/OCDE	Avaliação
1	<b>Emprego</b> (% de população entre 20 e 64 que tem emprego)	2021	75,9	73,1	
2	<b>Pessoas desempregadas há 12 meses ou mais</b> (% da população ativa)	2021	2,9	2,8	
3	<b>Jovens que não trabalham, não estudam e não estão em formação</b> (% da população entre os 15 e os 29 anos)	2021	9,5	13,2	
4	<b>Equilíbrio vida pessoal-profissional</b> (% dos trabalhadores que trabalham mais de 50h por semana)	2018	7,13	7	
5	<b>Orçamento disponível do agregado</b> (per capita/relação com rendimento da UE=100)	2020	80	100	
6	<b>Pobreza relativa</b> (parte da população cujo rendimento disponível do agregado é abaixo dos 50% da mediana nacional) (%)	2016	12	12	
7	<b>Respeito pelos direitos do trabalho fundamentais</b> (0 – pior – a 1 – melhor)	2020	0,69	—	



## breves notas para reflexão.

No que diz respeito ao emprego, os indicadores selecionados apontam para um desempenho de Portugal que segue de forma próxima a média comunitária, sendo que, no que diz respeito aos jovens que não estão a estudar, a trabalhar ou em formação, o nosso país tem até um desempenho melhor do que a média da UE, ainda que não deixe de ser preocupante (quase 10% dos jovens entre os 15 e os 29 anos estão nesta situação).

No que concerne à existência de jornadas de trabalho longas, Portugal, ainda que muito próximo da média da OCDE, é o segundo país da UE com maior percentagem da população nesta situação, sendo apenas ultrapassado pela França. Um outro indicador que não apresenta o desempenho desejado é o do respeito pelos direitos de trabalho fundamentais, onde há ainda muito espaço para melhorar.

No caso do rendimento, observa-se um afastamento face à média comunitária, quando se analisa o rendimento que os agregados familiares têm disponível. Se considerarmos que o poder de compra da média da UE é igual a 100, o valor para Portugal fica nos 80. A estes dados junta-se o da pobreza relativa, onde se encontra ainda 12% da população da população.



eixo estratégico

# instrumentos financeiros.

Na dimensão sobre instrumentos financeiros, as ações consideradas prioritárias articulam-se com a capacidade de algumas ferramentas financeiras poderem funcionar como estímulo ou barreira e serem tendencialmente eficazes a promover a mudança de práticas dos diferentes *stakeholders* (decisores empresariais, decisores políticos, cidadãos), desde que bem pensadas e fazendo parte de abordagens mais alargadas do ponto de vista político e de informação/capacitação. É sobretudo neste sentido que os instrumentos financeiros são vistos, como um elemento estrutural para a transição, para ajudar a definir o caminho a ser trilhado.

Neste sentido, a criação de mecanismos de apoio para a valorização de atividades económicas da economia social e solidária e atividades não nocivas ao ambiente, a par com a penalização no acesso a fundos e apoios de atividades com impactos negativos, foi entendida como fundamental. Neste caso, o enfoque não se esgota apenas no fomento da transição de atividades de impacto negativo para atividades de impacto positivo – um elemento fundamental numa Economia do Bem-Estar – mas também o reconhecimento da necessidade de discriminar positivamente atividades que, no modelo atual, estão em desvantagem “competitiva” como o modelo económico dominante.





Também nesta dimensão é referenciada a necessidade de trabalhar no sentido de garantir a compensação/apoio/fomento do ato de cuidar dos valores naturais e promover a regeneração dos ecossistemas, em particular em regiões de baixa densidade.

# instrumentos financeiros. indicadores

## O que medir?

De uma forma global, foi considerado relevante encontrar indicadores que expressem o desempenho do país nas seguintes áreas:

- Financiamento de projetos/iniciativas sustentáveis
- Tributação de rendimentos (evasão para outros países)
- Pagamentos por serviços dos ecossistemas ou áreas afins

	Indicador	Ano	Portugal	UE/OCDE	Avaliação
1	<u>Percentagem de impostos ambientais no total de impostos cobrados (%)</u>	2020	6,8	5,6	
2	<u>Gastos com a proteção ambiental no setor público (% do PIB)</u>	2019	1,7	2,0	
3	<u>Valor agregado bruto dos bens e serviços ambientais (% do PIB)</u>	2019	2,3	2,3	
4	<u>Lucros de empresas multinacionais perdidos para paraísos fiscais (% do total)</u>	2019	10	—	



breves notas

# para reflexão.

A fiscalidade verde é, há muito, apresentada como uma ferramenta essencial para acelerar a transição para a sustentabilidade. Contudo, quando olhamos para os impostos ambientais, o indicador demonstra a sua baixa expressão no conjunto de impostos arrecadados, ainda que com um resultado um pouco acima do registado na média da UE. O dado mais preocupante que este número, por si, não revela é que, quer em Portugal, quer na UE, os impostos ambientais perderam expressividade no conjunto dos impostos arrecadados (quando comparamos com 2015). Considerando os desafios ambientais que se colocam no presente, esta é uma tendência preocupante.

No que diz respeito ao indicador da perda de lucros de multinacionais para paraísos fiscais em Portugal, é de realçar que 90% dessa perda ocorre para países do espaço da UE e apenas 1% para fora desta região, o que levanta questões sobre a justiça e adequabilidade das práticas entre países parceiros.

Também a contribuição dos bens e serviços ambientais para o produto interno bruto é pouco expressiva (tanto em Portugal, como na média da UE).

O investimento em atividades de proteção ambiental é igualmente muito baixo, ainda que em linha com a média comunitária.

# eixo estratégico saúde.

A dimensão da saúde tende a ser considerada prioritária no contexto do debate sobre a Economia do Bem-Estar nos diferentes países em que esta reflexão é promovida. Portugal não é exceção. No caso português, o foco foi colocado em garantir maior equidade no acesso, particularmente na garantia do acesso a cuidados de saúde em regiões de baixa densidade, bem como o robustecimento da rede pública de cuidados no início e fim da vida, isto é, assegurar o apoio à natalidade e primeira infância, bem como aos mais idosos.











Em complemento, foi também identificada a necessidade de se investir em estratégias preventivas que promovam uma saúde plena e garantam o aumento do número de anos de vida saudável.

## O que medir?

De uma forma global, foi considerado relevante encontrar indicadores que expressem o desempenho do país nas seguintes áreas:

- Vidas saudáveis/atividade física
- Saúde e sustentabilidade
- Necessidades básicas em saúde satisfeitas
- Acesso a alimentação saudável
- Bem-Estar psicológico
- Esperança média de vida
- Balança alimentar

# saúde. indicadores

	Indicador	Ano	Portugal	UE/OCDE	Avaliação
1	<b>Auto-perceção de saúde</b> Pessoas que afirmaram estar em muito boa ou boa saúde (em % da população com idade igual ou superior a 16 anos)	2020	51,3	69,5	
2	<b>Anos de vida saudável</b> ao nascer (em anos)	2019	59,2	64,6	
3	<b>Esperança de vida à nascença</b>	2020	81,1	80,4	
4	<b>Taxa de obesidade</b> (em % da população com idade igual ou superior a 18 anos)	2019	17,7	16,5	
5	<b>Obesidade infantil</b> (até 8 anos) (%) <b>Excesso de peso</b> (até 8 anos – incluindo obesidade) (%)	2019	11,9 29,7		
6	<b>Nunca faz desporto</b> (%) <b>Nunca faz atividade física</b> (%)	2022	73 72	45 31	
7	<b>Consumo de carne</b> (Kg/per capita/ano)	2018	95		
8	<b>Balança alimentar portuguesa</b> aporte calórico (recomendação: média diária de 2000 kcal/hab) (kcal/hab/dia)	2020	4075		
9	<b>Prevalência de desconforto/ sofrimento psicológico</b> (auto-reportado/ sem diagnóstico clínico) (%)	2018	23	11	
10	<b>Satisfação com a vida</b> (valores médios numa escala de 0-10)	2018	6,7	7,4	

Fontes: Eurostat (1, 2, 3 e 4); FAO (7); INE (8); INSA (5); OCDE (9 e 10); *Special Eurobarometer* (6).





## breves notas para reflexão.

Os indicadores selecionados apontam para uma perceção de viver com menos saúde do que a média registada na UE, o que acaba por se consubstanciar no facto de em Portugal termos menos anos de vida saudável à nascença do que a média europeia, não obstante termos uma esperança média de vida superior à UE no seu conjunto.

A taxa de obesidade em adultos está acima da registada na média da UE, à qual se junta o dado preocupante da obesidade infantil e o excesso de peso estarem presentes em quase 30% das crianças até aos 8 anos (ainda que os dados relativos às crianças apontem para uma tendência de decrescimento).

O problema da obesidade não será certamente alheio à baixa taxa de atividade física (desportiva e recreativa) registada em Portugal, bem como ao significativo desvio da balança alimentar portuguesa das recomendações da Roda dos Alimentos. O facto de consumirmos o dobro das calorias diárias recomendadas, sermos o segundo país da UE que mais carne consome, termos um consumo de gorduras acima do recomendado e um reduzido consumo de frutas, legumes e leguminosas, para além de um significativo impacto em termos ambientais, não pode deixar de se repercutir em piores condições de saúde.

No que concerne à satisfação com a vida ou a prevalência de desconforto psicológico, Portugal apresenta das perspetivas menos positivas, quando comparado com os restantes países da OCDE. É, aliás, o 6.º país onde a perceção da satisfação com a vida é mais baixa, o que, conseqüentemente, terá implicações para o Bem-Estar e, logo, sobre o estado de saúde geral.

# eixo estratégico

# energia, edifícios e mobilidade.









Na dimensão que engloba edifícios, as ações consideradas prioritárias passam pelo reforço das políticas da habitação, garantindo condições dignas e sustentáveis de habitabilidade com uma aposta clara na construção sustentável e reabilitação de edifícios. Por seu turno, na área da energia, mais do que uma aposta no uso de fontes renováveis, apesar de presente no debate, o principal foco incidiu na descentralização da produção e na aposta em comunidades de energia, reforçando o papel dos cidadãos e das empresas no caminho de uma maior resiliência e independência energéticas. Fortemente articulada a estas opções, ficou também clara a necessidade de promover a literacia energética. No que concerne à mobilidade, a eletrificação da rede de transportes coletivos, a par com o seu alargamento e diversificação, foram consideradas as ações necessárias numa lógica de desenvolver uma Economia do Bem-Estar.

## O que medir?

De uma forma global, foi considerado relevante encontrar indicadores que expressem o desempenho do país nas seguintes áreas:

- Emissões de gases com efeito de estufa
- Uso transporte público/investimento
- Eletrificação da rede de transportes coletivos
- Número de agregados em pobreza energética
- Número de comunidades de energia
- Produção de energia renovável

# energia, edifícios e mobilidade. indicadores

	Indicador	Ano	Portugal	UE/OCDE	Avaliação
1	<u>Emissões de gases com efeito estufa</u> (toneladas <i>per capita</i> )	2020	5,4	7	
2	<u>População com incapacidade de manter a casa aquecida</u> (% da população)	2020	17,5	7,5	
3	<u>Contributo da energia renovável no transporte</u> (em % do consumo final bruto de energia no transporte)	2020	9,7	10,2	
4	<u>Veículos de passageiros zero emissões</u> (% de carros novos registados)	2020	5,2	5,3	
5	<u>Uso de autocarros e comboios no transporte de passageiros</u> (% do total de passageiros terrestres-km)	2019	10,7	17,5	
6	<u>Uso de comboio e linhas de água interiores no transporte de mercadorias</u> (% de toneladas de transporte de mercadorias terrestre-km)	2019	13	23,7	
7	<u>Dependência energética</u> (% de importações no consumo bruto de energia)	2020	65,2	57,5	
8	<u>Energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia</u> (%)	2020	34	22,1	

Fontes: Eurostat (1, 2, 3, 5, 6, 7 e 8).



breves notas

# para reflexão.

No eixo estratégico da energia, edifícios e mobilidade, Portugal destaca-se pela positiva por ter emissões de gases com efeito de estufa *per capita* abaixo da média comunitária e pelo contributo das fontes de energia renovável para o consumo final bruto de energia, bem acima da média da UE. Contudo, e não obstante estes resultados, é visível o enorme desafio que se coloca ao país em termos de garantir a sua independência energética, atualmente abaixo da média da UE.

Também o setor da mobilidade, crítico do ponto de vista da descarbonização, está muito longe de atingir a sua sustentabilidade. O reduzido papel desempenhado pelo transporte coletivo, nomeadamente ferrovia, no transporte de passageiros e mercadorias e a ainda muito baixa penetração de fontes renováveis neste setor tornam-no num dos maiores desafios no caminho para a sustentabilidade em Portugal. Em termos do número de veículos de passageiros zero emissões (sem tubo de escape), Portugal está em linha com a média europeia, mas em termos de penetração no parque automóvel circulante esta é ainda muito baixa, tendo em consideração que estamos perante um indicador que afere as novas aquisições de veículos. Ainda que a tendência desejável não seja a substituição de um veículo de passageiros a motor a combustão por outro veículo de passageiros zero emissões, mas antes uma redução no número de veículos de passageiros por transferência modal para o transporte coletivo, como estamos perante novos veículos, o resultado deste indicador está muito aquém do necessário.

Um indicador preocupante, em particular no âmbito do debate sobre a Economia do Bem-Estar, é, sem dúvida, o que reflete a elevada percentagem da população portuguesa que enfrenta dificuldades em garantir o aquecimento da sua habitação, vivendo em pobreza energética.

# eixo estratégico

# recursos

# e território.

No eixo estratégico dos recursos e território, a tónica foi colocada na importância de valorizar a diversidade natural do país, no potencial de desenvolvimento de atividades de reordenamento da floresta e prevenção de incêndios, de regeneração agrícola, assim como de preparação deste setor em termos de adaptação e mitigação climática. A agricultura foi considerada uma atividade central, tendo sido avançada a necessidade de aproximar os sistemas de incentivo à agricultura aos contextos das regiões. A importância de valorizar as variedades agrícolas tradicionais e o património local foi também sublinhada.

A promoção de espaços públicos de qualidade, onde a natureza está presente, vai ao encontro do desejo expresso de desenvolvimento de soluções baseadas na natureza e da aposta em estratégias de *rewilding*.







## O que medir?

De uma forma global, foi considerado relevante encontrar indicadores que expressem o desempenho do país nas seguintes áreas:

- Remuneração por Serviços de Ecossistema
- Evolução dos sumidouros naturais
- Biodiversidade
- Estado dos ecossistemas
- Solos férteis
- Disponibilidade de água
- Impacto no território
- Externalidades negativas

# recursos e território.

# indicadores

	Indicador	Ano	Portugal	UE/OCDE	Avaliação
1	Índice de exploração da água (WEI+) (%)	1989 – 2015	29	—	
2	Áreas protegidas terrestres (% da área nacional)	2021	22,4	26,4	
3	Áreas protegidas marinhas (% da área marinha)	2019	5	11	
4	Área florestal (% do total do território)	PT – 2015 UE – 2018	36	43,5	
5	Índice de impermeabilização do solo (índice 2006 = 100)	2018	108,4	108,3	
6	Área agrícola em modo de produção biológico (% da área agrícola)	2020	8,1	9,1	



breves notas

# para reflexão.

Não obstante a dificuldade em encontrar indicadores que consigam descrever a situação de Portugal em algumas das dimensões identificadas durante o processo de reflexão como fazendo parte deste eixo estratégico, os indicadores selecionados permitem-nos perceber que, mesmo em relação a situações concretas onde os indicadores existem, os seus resultados nem sempre são fáceis de interpretar em termos de desempenho.

Neste caso, existem indicadores como o relativo à área do território classificada como área protegida (áreas classificadas que englobam Áreas Protegidas e os territórios integrados na Natura 2000), que parecem apontar para um contexto positivo. Contudo, a gestão ou a sua inexistência, visto que muitos dos planos de gestão ainda estão a ser executados, levanta sérias dúvidas quando ao real significado de Portugal ter 22,4% do seu território classificado como protegido, valor, ainda assim, aquém do objetivo de ter 30% do território com estatuto de conservação.

No que concerne à floresta, os valores do Inventário Florestal Nacional apontam para uma forte presença de espécies de crescimento rápido e/ou que colocam desafios em termos de uma gestão preventiva face à ocorrência de incêndios de grande dimensão (26% de eucaliptos e 22% de pinheiro bravo), pelo que se mantém como uma área desafiante em termos de gestão sustentável.

De referir também que, em termos das áreas protegidas marinhas, Portugal está aquém do objetivo de 10% de proteção, pelo que há ainda um longo caminho a percorrer.

Em relação ao indicador da escassez hídrica, que espelha a relação entre a procura média anual de água e os recursos médios disponíveis a longo prazo e permite avaliar o stress hídrico a que se encontra sujeito um território, Portugal apresenta um valor preocupante de escassez moderada para o período considerado (1989-2015). Contudo, este indicador esconde as assimetrias do território, pois segundo os Planos de Gestão de Região Hidrográfica (3.º ciclo), a região hidrográfica Minho e Lima apresenta um valor de 3% (sem escassez), ao passo que a do Sado e Mira apresenta valores de 77% (escassez extrema).

Um olhar sobre o índice de impermeabilização do solo permite perceber que Portugal tem tido uma trajetória de crescimento (por comparação com o ano base de 2006) o que, ainda que em linha com a evolução da média europeia, não é uma boa notícia.

De sublinhar ainda que a área dedicada para a produção em modo biológico está ainda longe da meta de 12% prevista para 2027 (Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica), ainda que esteja numa trajetória de crescimento após algum retrocesso.



**Notas finais.**





# notas finais.

Este relatório com a 1.ª avaliação sobre Economia do Bem-Estar em Portugal é o seguimento natural de um processo iniciado em 2021 com uma [conferência](#) sobre o tema, à qual se seguiu o processo participativo de quatro workshops envolvendo trinta e uma entidades de diferentes setores da sociedade, com o intuito de criar uma visão para [Portugal em 2040 numa Economia do Bem-Estar](#).

Ao olhar para os oito eixos estratégicos é possível perceber que na maioria das dimensões há ainda muito a fazer, seja na componente do combate às múltiplas desigualdades – de rendimento, de género, de acesso à informação, à educação, à saúde e à qualidade de vida – seja no estímulo a um modelo económico diferente, onde outras formas de economia - locais, sustentáveis, partilhadas, inclusivas - são potenciadas. Operar estas mudanças mantendo sempre a atenção na necessidade de garantir que vivemos dentro dos limites planetários não é uma tarefa simples e necessitará de muito diálogo, flexibilidade e, como sublinhado ao longo do processo participativo, de uma “cultura de trabalho em parceria”.

É intenção da ZERO dar continuidade a este trabalho, nomeadamente aperfeiçoando a bateria de indicadores que podem ser usados para aferir a evolução do país rumo a uma Economia do Bem-Estar, contando para tal com o apoio de parceiros de diferentes setores da sociedade. Reconhecemos que este primeiro exercício de avaliação revelou que muitas das dimensões mais inovadoras que foram identificadas durante o processo participativo não são ainda sujeitas a avaliação regular, nem muitas delas são de fácil avaliação. Contudo, é fundamental trabalhar para ultrapassar este desafio, de forma a que quando olharmos para o nosso país e procuramos perceber a sua evolução, tenhamos a informação sobre todas as dimensões que são, de facto, relevantes, para construir uma sociedade onde todos vivem bem dentro dos limites planetários.

A par com este desafio, temos também o desafio da qualidade dos dados. Em muitas áreas (certamente na ambiental e, imaginamos, também noutras) é fundamental apostar na qualidade dos dados. Se os dados não espelham a realidade, as estratégias definidas, as ações implementadas, as decisões tomadas terão muito menor probabilidade de sucesso no sentido de alterar o percurso do país de forma estrutural e duradoura. Este é um debate que é urgente fazer a bem do país.

## notas finais.

Numa outra linha, é também nossa intenção manter o debate político ativo sobre o tema, uma vez que consideramos importante que seja feita uma reflexão nacional de forma muito mais alargada (do ponto de vista da inclusão de diferentes visões dos cidadãos e cidadãs portugueses/as) do que a que conseguimos realizar com os meios reduzidos de que dispomos.

Como última nota, a ZERO deixa os seus agradecimentos a todos aqueles que estiveram disponíveis para, ao longo destes últimos dois anos, partilharem o seu conhecimento, experiência e análise crítica. Sem esses inestimáveis contributos, não teria sido possível chegar até este momento que, esperamos, possa ter continuidade e contribuir para o objetivo último:

*“Em 2040 queremos que Portugal seja um país no qual todos possam viver vidas saudáveis e realizadas, independentemente de quem sejam ou de onde vivam e onde as decisões são participadas, inclusivas e transparentes. Que as pessoas vivam dignamente, conectadas e em harmonia com a natureza, reconhecendo e respeitando as interdependências e os limites. Que haja um sentido de comunidade, prosperidade e coesão em todas as regiões e respeito entre todos (gerações presentes e futuras) no nosso território e além-fronteiras.”*

# fontes utilizadas.

## Agência Europeia do Ambiente

<https://www.eea.europa.eu/ims/nationally-designated-terrestrial-protected-areas>

## Agência Portuguesa do Ambiente

Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas (3º ciclo) – Em consulta pública

## Conselho Nacional de Educação

[https://www.cnedu.pt/content/noticias/internacional/RELATORIO\\_NACIONAL\\_PISA2018\\_IAVE.pdf](https://www.cnedu.pt/content/noticias/internacional/RELATORIO_NACIONAL_PISA2018_IAVE.pdf)

## Eurobarómetro

<https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2668>

## Eurostat

<https://ec.europa.eu/eurostat/cache/digpub/sdgs/index.html>

<https://ec.europa.eu/eurostat/cache/egd-statistics/>

[https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/DEMO\\_MLEXPEC/bookmark/table?lang=en&bookmarkId=eb24a8d3-8cc6-483a-b320-b7b0f55064f9](https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/DEMO_MLEXPEC/bookmark/table?lang=en&bookmarkId=eb24a8d3-8cc6-483a-b320-b7b0f55064f9)

[https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Municipal\\_waste\\_statistics](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Municipal_waste_statistics)

<https://ec.europa.eu/eurostat/web/sdi/key-findings>

## Global Footprint Network

[https://data.footprintnetwork.org/?\\_ga=2.124872136.33690347.1669076641-1455474952.1669076641&gac=1.255760762.1669157669.Cj0KCQiAg\\_KbBhDLARIsANx7wAzWqH7dni8sSYvsPsqfXRoTy\\_TL8j5nOi0jZxDuYn7XB-TgEb19vlaAhHPEALw\\_wcB#/#/](https://data.footprintnetwork.org/?_ga=2.124872136.33690347.1669076641-1455474952.1669076641&gac=1.255760762.1669157669.Cj0KCQiAg_KbBhDLARIsANx7wAzWqH7dni8sSYvsPsqfXRoTy_TL8j5nOi0jZxDuYn7XB-TgEb19vlaAhHPEALw_wcB#/)

## Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

<https://www.icnf.pt/api/file/doc/0f0165f9df0d0bbe>

## Instituto Nacional de Estatística

[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=437140067&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=437140067&PUBLICACOESmodo=2)

## Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

<https://www.insa.min-saude.pt/infografico-insa-obesidade-infantil/>

## Missing profits

<https://missingprofits.world/>

## Nações Unidas

<https://dashboards.sdgindex.org/profiles/portugal/indicators>

<https://www.fao.org/nutrition/en/>

## OCDE

<https://data.oecd.org/materials/material-consumption.htm>

<https://data.oecd.org/materials/material-productivity.htm#indicator-chart>

[https://www.oecd-ilibrary.org/sites/9870c393-en/1/2/1/index.html?itemId=/content/publication/9870c393-en&csp\\_=fab41822851fa020ad60bb57bb82180a&itemI=oeed&itemContent=book](https://www.oecd-ilibrary.org/sites/9870c393-en/1/2/1/index.html?itemId=/content/publication/9870c393-en&csp_=fab41822851fa020ad60bb57bb82180a&itemI=oeed&itemContent=book)

[https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/health-at-a-glance-europe-2020\\_82129230-en;jsessionid=6h7ZzOsUp1chGlw3Jh33KYstCu3IKpZldX3k6zR6.ip-10-240-5-34](https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/health-at-a-glance-europe-2020_82129230-en;jsessionid=6h7ZzOsUp1chGlw3Jh33KYstCu3IKpZldX3k6zR6.ip-10-240-5-34)

## Imagens

© Pixabay (capa), © Unsplash (Casey Horner pág. 7), © Pexel (Diva Plavalaguna - pág. 32)



ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

Avenida de Berna, n° 31,  
2° andar direito, sala 6  
1050-038 Lisboa

[zero@zero.org](mailto:zero@zero.org)

© Texto 2022 ZERO. Todos os direitos reservados.  
© design gráfico martinsarguello.com

**ZERO**   
associação sistema terrestre sustentável